

Diário do Alentejo

Director: ANTÓNIO ALEXANDRE RAPOSO

Director Adjunto

BIBL. MUNICIPAL DE BEJA
AV Vasco da Gama

7800 BEJA

PORTE
PAGO

Foto de Eduardo Gageiro

IV Congresso Sobre o Alentejo

*Semeando novos rumos**Uma década para recuperar o atraso*

NOTA SEMANAL

Hoje comemoramos

É verdade! Hoje comemoramos, isto é, assinalamos, nesta edição:

O 59º aniversário do "Diário do Alentejo";

O 10º aniversário da Associação de Municípios do Distrito de Beja;

A realização do IV Congresso Sobre o Alentejo;

O Dia Mundial da Criança.

Comemoramos e regozijamo-nos. Pelo trabalho feito. Pela honradez do caminho percorrido. Pelo futuro possível. Pelo muito que ainda está por fazer e pelo caminho ainda por andar. Pela certeza que, com este Dia Mundial da Criança, o "DA" será todos os anos mais jovem. Basta esta hipótese para estimular a inteligência e a vontade de todos quantos o fazem agora ou venham a fazer no futuro. Reconhecendo os nossos limites será sempre possível diagnosticar o progresso. Ideias roncantes são pensamentos que ressonam. Mantenho-nos, portanto, bem despertados. Apostamos na vida, no querer-viver, mas não esquecemos a inquietude que vive no cerne do dia de hoje. Não recusamos a história nem a reflexão do presente. Como caso curioso sabemos que no nosso país, como em muitos outros, o moderno ou assim tido como tal, vive ao lado do que é atraso, as palavras de fartura e de felicidade não têm qualquer correspondência com as realidades. Assim, sabemos do grande, imenso número de analfabetos e

dos prémios recebidos no estrangeiro pelos nossos escritores; sabemos, aliás, de nomes, uma dezena de nomes, de ficcionistas e poetas noticiados para o Prémio Nobel e do reduzido número de leitores de livros. Sabemos das casas apalaçadas, dos mostruários de riqueza e das milhares de barracas que cercam as grandes cidades do país. Sabemos das manifestações de sumptuosidade e das crianças que, neste seu dia, por exemplo, passam fome. Vimos a entrega de "Óscares" na RTP aos produtores de publicidade, aos mágicos da utopia, e sabemos do trabalho infantil. Para que melhor se compreendam os exemplos desta dicotomia, é necessário viver um pouco mais perto do povo — esse mesmo povo que este Governo tanto tem esquecido, nas figuras dos operários, das crianças, dos jovens, um pouco de todas as classes mais desfavorecidas. E sem certezas, embora com ideias, pensamos que o pior ainda está para vir. Sabe-se de um Governo, representante de um partido onde a prática do poder tem feito criar pequenos e grandes "ditadores" — ditadores caseiros, claro, alguns dos quais começam a ser contestados pelos seus próprios correligionários. Sabe-se, finalmente, da opressão dos privilégios económicos. Dos muito pobres e dos muito ricos.

Mas hoje comemoramos. Hoje sublinhamos o nosso regozijo. Comemoração e regozijo que têm muito que ver com a nossa independência e com a história de um jornal que ganhou o seu prestígio através da prática da honradez. Honradez contrária à sabujice que escorre pela boca dos vendidos às suas comodidades.

M. S.

Diário do Alentejo

JORNAL DA TARDE-PORTA-VOZ REGIONALISTA

DIRECÇÃO DA EMPRESA

BEJA Quinta-feira 1 de Junho de 1993

O nosso aniversário

Passa hoje a data do primeiro aniversário do *Diário do Alentejo* e por esse motivo, todos os que aqui trabalham, todos os que o têm acompanhado desde o primeiro momento, se felicitam, se enchem de legítimo orgulho, por poderem constatar que ele, não obstante vir a lume sob tão maus auspícios, se mantém, progride e se desenvolve, sempre trilhando o caminho por nós traçado, sem esmorecimentos, sem uma indignidade que nos envergonhe e aos deprimam.

Apareceu um dia quando menos se esperava — já quando toda a gente supunha que a nossa ideia, tantos meses acariciada, não passara... dum lindo sonho! Podia lá ser?! Beja sustentar um jornal diário?!

Apareceu, pois, no seu modesto aspecto, sem cartazes espalhafatosos nas esquinas das ruas, sem reclames na imprensa, sem, ao menos, ter a animar-lhe o título, o nome dum jornalista conhecido que ao público se pudesse impôr pela sua larga experiência e pelo seu saber.

E fomos nós — figuras apagadas do jornalismo — que lançámos ombros ao difícil empreendimento, suprimindo em trabalho e actividade, o que nos faltava em competência.

E desta maneira, auxiliados pelos nossos ilustres e prestantes colaboradores, que abertamente se puzeram ao nosso lado, conseguimos mantê-lo e orientá-lo durante um ano, dentro do programa por nós estabelecido, sem olhar a políticos, nem a

partidos, valorizando ideias e obras, onde quer que elas se nos deparesentem, uma vez que possam ser úteis e de reconhecido interesse para o bem geral.

Com este modo de agir, com esta independência de proceder — conseguimos merecer a estima e a confiança de quem nos lê e o apoio valioso e seguro de quem nos ajuda.

Por várias vezes, é certo, têm surgido no nosso caminho dificuldades sem número — a especulação e o suborno a quererem-nos conduzir pelas veredas tortuosas da vilania e da desonestidade, mas — em boa hora o dizemos — a tudo temos resistido, activa e corajosamente, corrigindo erros e desfazendo calúnias, com a segura tranquilidade de quem não deve nem teme.

Mais um ano vai o *Diário do Alentejo* encetar.

Que de surpresas lhe estarão reservadas no decorrer desse novo período de tempo? Ninguém o pode saber. O que podemos afirmar com segurança, é que tudo faremos dentro do curto limite das nossas forças, das nossas possibilidades, para que o *Diário do Alentejo* continue marcando o seu lugar como até aqui, de forma a conquistar para a nossa querida província e para a nossa terra, tudo o que por direito lhe possa pertencer.

Isso nos compensará, de certo modo, das agruras e dos dias maus que porventura possamos ter.

A EMPRESA

EDITORIAL

Alentejo: Rumo ao futuro

A programação dos temas do Congresso Sobre o Alentejo que ontem se iniciou em Sines motiva-nos este apontamento.

É que pelos títulos do temário se verifica haver grande consenso quanto à necessidade imperiosa de responsabilizar as estruturas locais e regionais pela resolução dos problemas que lhes dizem respeito. Ora isto não poderá concretizar-se se não houver a sua institucionalização em termos legais.

É uma aspiração antiga a criação das regiões administrativas. É uma promessa velha dos governos e deputados em maioria. É também uma questão esquecida no intervalo das campanhas eleitorais.

O Secretariado Permanente do Congresso, numa atitude que pretende ser didáctica, tem, desde sempre, posto em prática a descentralização dos seus trabalhos. Também na preparação deste "forum" as reuniões de trabalho se realizaram em diversos lugares: Sines, Portalegre, Elvas, Beja, Barrancos, Grândola (Tróia) e Lisboa (Casa do Alentejo).

Muitos municípios alentejanos ensaiaram uma política de descentralização tanto quanto ao funcionamento dos órgãos como à distribuição de verbas pelas freguesias, excedendo, em muito, neste aspecto o que a Lei considera como mínimo.

Os resultados têm-se mostrado positivos e concluem que é prática a continuar.

Se isto é válido nas instituições de base será também proveitoso (é inquestionável) a partir do topo. A descentralização de atribuições e competências assim como de recursos financeiros suficientes para as futuras regiões beneficiará a administração pública e contribuirá para a resolução mais eficaz e rápida dos problemas das populações. Assim o queira a vontade política dos detentores do poder de decisão.

Claro está que a decisão não pode ficar por meias tintas. Veja-se o caso recente das Assembleias Distritais.

Foi correcto que o órgão executivo destas autarquias passasse a ser eleito pelos seus membros, em vez de estar atribuído aos Governadores Civis. Só que, simultaneamente à instalação dos órgãos nos novos moldes, lhes foram cortadas as participações financeiras. Mais uma vez são os municípios a suportar os encargos inerentes.

Isto assim não é descentralizar. O descontentamento generalizado implantou-se de imediato. A luta iniciada pelo conjunto das Assembleias Distritais é legítima. Não só o corte financeiro mas também a prepotência de alguns Governadores Civis (Évora, Lisboa, Faro) dinamizam os representantes das populações em busca de um tratamento condigno, justo e compatível com o Estado Democrático.

Évora reviveu lamentações pela morte de D. Manuel o primeiro de Sua Graça

D. Manuel, o primeiro de sua graça, foi muito estimado pelos eborenses. Filho do duque de Viseu, nascido em Alcochete e duque de Beja, o Rei Venturoso fez de Évora a sua cidade predilecta, onde viveu muitos anos no Paço Real "a par de S. Francisco", e, durante o seu reinado, foram construídos muitos dos grandes edifícios que hoje constituem o património arquitectónico eborense.

Não admira, pois, que o povo de Évora tivesse pelo soberano uma certa estima e, quando em 23 de Dezembro de 1521, aqui chegou a notícia da sua morte, tivesse havido uma grande manifestação de pesar, com as pessoas desfilar pelas ruas, vestidas do "mais rigoroso luto", e "com muy grandes choros, e prantos, e palavras doridas e de mágoa, e dando cõ as cabeças nas portas, e nas paredes e depenando as barbas e o cabelo, e algũs ajoelhados e em desmaio, e desgosto do mundo".

Isto de acordo com o que consta de um documento a que Túlio Espanca teve acesso e do qual publica algumas passagens no nº 47 do boletim "A Cidade de Évora", relativo aos meses de Janeiro-Dezembro de 1964. Ainda, segundo o documento, para além das manifestações de pesar, houve quebra de escudos em três locais da cidade e na Catedral celebrou-se missa de "requiem, com muita devocão e sentimento".

Para reviver esse acontecimento de há 470 anos, realizou-se na noite do dia 23 de Maio um cortejo que contou com a participação de alunos das escolas de Évora. Vestindo roupas escuras, semelhantes a hábitos de frades, e empunhando archotes, os jovens partiram da Praça do Giraldo, subiram a Rua de Selaria (e este nome já aparece referido nas crónicas de Fernão Lopes), pararam em frente da Sé, onde, em vez da missa, o Coral de Évora entoou "Ome Morale", uma palestra de Giovanni Croce. Uma das figuras do cortejo subiu para

um estrado e disse, com grande pompa e circunstância: "chorai senhoras, chorai cidadãos, chorai povo a morte do Bom Rei D. Manuel". E, enquanto um escudo era reduzido a cacos, e os archotes executavam uma espécie de bailada em frente da catedral, as carpideiras de serviço entraram em doloroso pranto mas aquilo mais parecia gritinhos de flauta do que um choro sentido do peito.

A sugerir a nobreza de antanho, participaram no cortejo alguns cavaleiros da GNR. Figuras esguias, vestidas de negro, estandartes ao ombro e grandes mantos escuros descendo dos ombros do cavaleiro e tapando o próprio cavalo, esta participação da GNR contribuiu para dar uma certa imponência ao desfile. Os cavalos, encomodados com o cheiro que vinha dos archotes, espirravam muito, dando assim a ideia de que também estavam a lamentar a morte do rei.

Percorrido o itinerário de há 470 anos — descendo da Sé, o cortejo seguiu pela Rua de Burgos, Largo de Santiago, Praça do Peixe (hoje Praça de Sertório, onde se situa o edifício da Câmara Municipal), Porta Nova e Rua Ancha — o cortejo terminou as suas lamentações no local de onde havia partido, isto é, na Praça do Giraldo. Aí se quebrou mais um escudo, o terceiro, tendo as carpideiras entrado de novo em acção com os seus gritinhos de flauta. A população que se juntou em redor, em vez de acompanhar o coro das lamentações, riá, o que, efectivamente, não esta-

va no programa.

Manda a verdade que se diga que este quebrar de escudos e cenas de pranto, constituíam um ritual que se repetia sempre que se verificava a morte de um rei e eram como que o primeiro acto das solenidades que se seguiam e que culminavam na aclamação do novo soberano.

Para este reviver de um acto histórico que, para ser fiel ao original, teria de haver al-

gumas cabeçadas nas portas, o que, efectivamente, não houve, contribuíram, e muito bem, os alunos das Escolas Secundárias André de Gouveia e Severim de Faria, da Escola de Santa Clara e da Escola C+S de Borba, no que contaram com o apoio de inúmeras entidades e organismos da cidade.

Luis Rocha

Morte na colisão de três veículos

No passado dia 20, no cruzamento das ruas Luís de Camões e Pedro Álvares Cabral, frente ao edifício dos Correios, registou-se uma colisão de três veículos, duas motorizadas e um veículo "pesado".

Do embate resultou a morte de Joaquim Manuel Pai-

xão, solteiro, natural de Baleizão e residente no Monte dos Frades, e ferimentos no condutor do outro velocípede, cuja identificação não foi possível identificar, e no indivíduo que seguia como "pendura".

A PSP tomou conta da ocorrência, tendo participado o acidente a Juízo.

Ultrapassagem fatal perto de S. Matias

Clara Maria Costa, de 22 anos enfermeira no Centro de Saúde de Moura, foi vítima mortal num acidente na estrada de Cuba para Beja, perto de S. Matias, quando, no seu veículo tentava uma ultrapassagem.

Não teve tempo de completar a manobra, e foi embater num carro conduzido pelo holandês Albertins Marlino Joseph Amadrolis, que seguia com a esposa Ellis Hehrmann, que ficaram feridos sem gravidade.

Piloto de avioneta morre na sementeira de arroz

João António Gonçalves, piloto de uma avioneta que estava a ser utilizada na sementeira de arroz, faleceu, no passado dia 25, quando o aparelho, por causas ainda não conhecidas, se despenhou em terras da Herdade de Xacafre, na área da freguesia de S. João de Negrilhos (Aljustrel).

Conduzido ao Hospital

Distrital de Beja, o corpo foi depois transportado para Lisboa.

A avioneta, uma "Fiper" com a matrícula PA-36-375, era propriedade da empresa Avitrata, com sede em Cascais.

A GNR tomou conta da ocorrência.

Diário do Alentejo

Fundado em 1932

Fundadores — Carlos das Dores Marques e Manuel António Engana
Presidente do Conselho de Administração — José António do Rosário Lopes Guerreiro

Director — António Alexandre Raposo

Director adjunto — Miguel Serrano

Redactores — José Moedas, Rafael Rodrigues, Francisco Pratas e Joana Gomes

Grafismo — António Carrilho e Joaquim Santos

Secretária de Redacção — Antónia Bernardo

Correspondentes — Aljustrel — António Zacarias Gonçalves; Almodôvar — António Colaço; Alvalade Sado — Luís Martins Silva; Alvitto — Luís da Silva Cabanas; Borba — Helder Guégués; Castelo de Vide — José Rabaca; Castro Verde — Fátima Mestre; Cuba — José Roque; Estremoz — Teodósio Caeiro; Évora — Luís Rocha; Ferreira do Alentejo — Luís Santana; Mértola — Miguel da Conceição Bento; Montemor-o-Novo — Carlos Alberto Fernandes; Moura — Luís Manuel Canelas; Moura — Mariado Céu Rato; Nisa — Mário Mendes; Odemira — Manuel Augusto Marcos; Reguengos de Monsaraz

— Ana Paula Amendoeira; Santo André — Raul Oliveira; Serpa — Carlos Amarelino; Vila Viçosa — José António Carola.

Colunistas — Ana Paula Fitas, Carlos Dias, Correia da Fonseca, Francisco Muñoz, Joaquim Figueira Mestre, Manuel Geraldo, Manuel Vieira, Martinho Marques, Miguel Urbano Rodrigues e Zillah Branco.

Cartoons — Carlos Rico

Charadismo — Manuel Gonçalves

Filatelia — Francisco Galveias e Geada de Sousa

Fotografia — António Cunha, Ferro Limpo e Nicola Di Nunzio

Tauromaquia — Manuel Vieira

Colaboradores — Ana Fonseca, Ana Paula Portugal, António Baptista Candeias, António Borges Coelho, António Brotas, António Eloy, António Melão, António Paisana, António Ventura, Augusto Rodrigues, Baltazar, Carlos Gradiz, Cláudio Torres, Colaço Guerreiro, Daniel Machado, Daniel Nobre Mendes, Deodato Santos, Duarte Pimentel, Eduardo Gageiro, Eliseu Martins Efigénio, Fernando Graça e Silva, Germano Vaz, Henriques Pinheiro, João Honrado, José Jorge Letria, José Lapa Candeias, José Luis Soares, José da Luz Saramago, José Manuel Pelica, José M. M. Pote, Leonor Basílio,

Luciano Caetano da Rosa, Luis Pavão, Manuel Vilaverde, Miguel Quaresma, Orlando César, Q. de S. V., Sérgio Ribeiro, Urbano Tavares Rodrigues, Vasco Riobom, Vicente Campinas, Viriato Camilo e Vultos Sequeira.

Publicidade — Leopoldo Santos

Assinaturas — Território Nacional e Estrangeiro — semestral: 2000\$00; anual: 3500\$00.

Propriedade — Associação de Municípios do Distrito de Beja — "Diário do Alentejo" (Câmaras Municipais associadas: Aljustrel, Almodôvar, Alvitto, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Sines e Vidigueira).

Sede — Praça da República, 43 — Apartado 70 — 7801 BEJA CODEX Telefone 25716

Redacção — Praça da República, 12 — Apartado 70 — 7801 BEJA CODEX — Telefone 23111.

Telex Nº 18203 AMDBP — Fax — C. M. Beja — Nº 22300

Publicidade e Assinaturas — Praça da República, 12 — Apartado 70 — 7801 BEJA CODEX — Telefone 25716

Oficinas Gráficas — Praça da República, 43 — Apartado 70 - 7801 BEJA CODEX - Telefone 25716

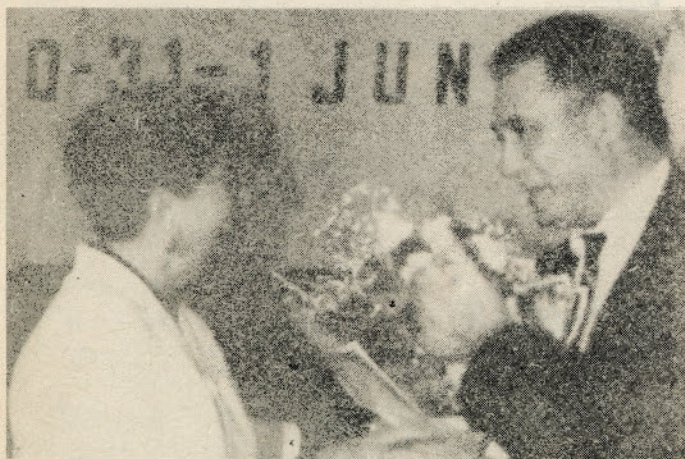
Depósito Legal Nº 29738/89

Diário do Alentejo

Director: ANTÓNIO ALEXANDRE RAPOSO

Director Adjunto: MIGUEL SERRANO

ORTE
PAGO



NOTA SEMANAL

Um tempo novo feito de história

"As novas tecnologias"; "A nossa adesão plena à CEE"; "Vamos entrar numa fase mais dura", etc. — estas e outras expressões são constantemente pronunciadas pelos "donos" do País através dos microfones da RTP e constituem uma espécie de ameaça e culto, um certo saber-sabido de industriais e empresários, para além de membros do Governo.

Perante isto, talvez não seja ilusório pensar que tais frases estão na origem de um certo patrimonialismo e mesmo paternalismo, que uma vida democrática e livre deve dispensar cada vez mais.

Talvez não seja ilusório pensar que se não são muitos os que usam julgar por si próprios — na verdade apenas uns tantos milhares — milhares ou mesmo milhões são os que pretendem uma acção governamental — mesmo regional — coerente com programas realistas, nos quais o povo não seja marginalizado ante elites de diversos poderes constituídos.

Seria muito perigoso que, para além do Poder Central, o paternalismo se instalasse nos órgãos do poder local, transformando determinados indivíduos em catequistas das pequenas "igrejas" provinciais.

Por tudo isto, queremos aqui enaltecer a acção conduzida pelos municípios alentejanos — são aqueles que pensamos (dizemos: pensamos) melhor conhecer — momentaneamente pelos programas culturais ou culturizantes lançados nos hábitos quotidianos das respectivas populações. Programas de investigação, ensino, criação de divulgação literária e artística, etc. Tais municípios entregam ou procuram entregar, assim, aos povos, meios de defesa, de crítica e autocritica bem diferentes dos boatos e anedotas constituídos até aqui, para além dos provérbios, como formas mais comuns de expressão popular.

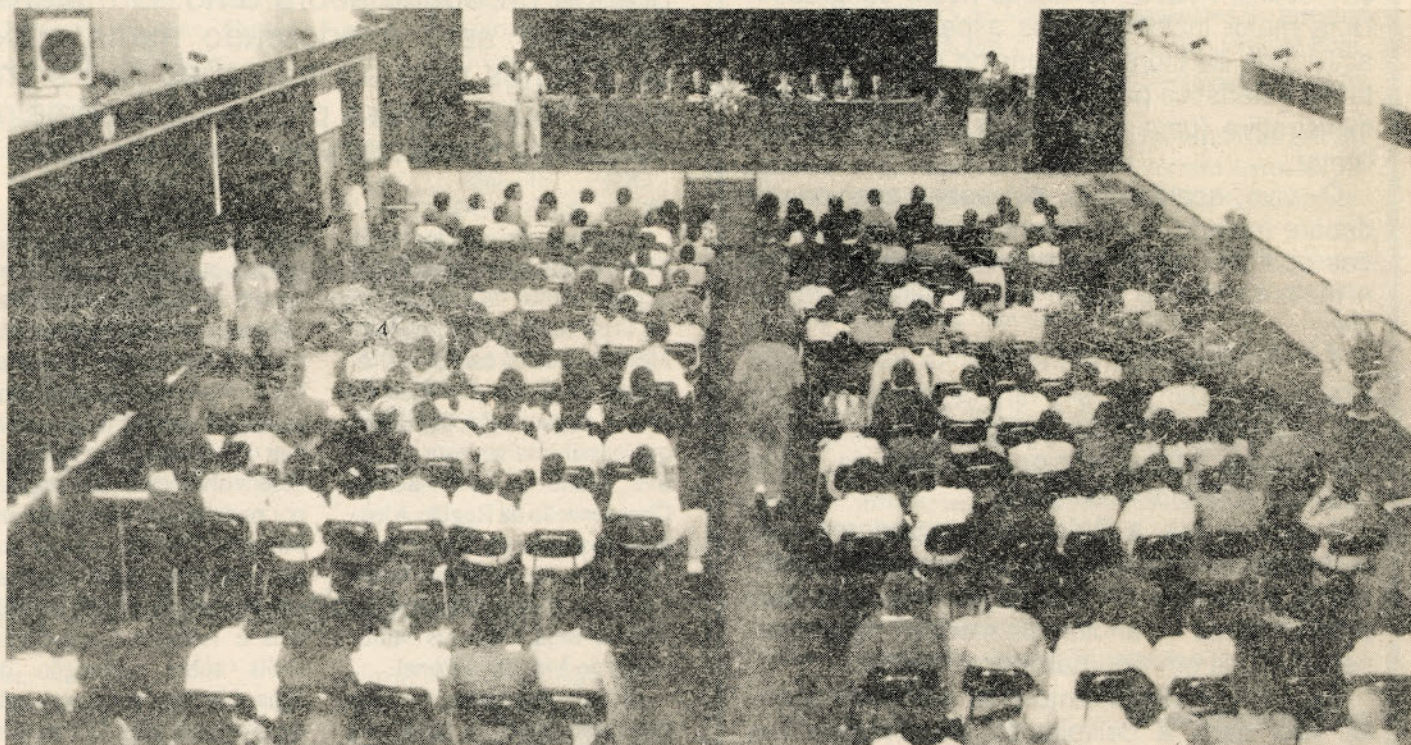
Entretanto e neste momento, depois de termos chamado a atenção para o trabalho (magnífico) que neste sentido tem estado a ser feito pela autarquia bejense, não queremos deixar de pôr em destaque a acção do Município de Castro Verde, onde o futuro está a criar um rosto chamado progresso e história de um tempo em outros tempos repudiada.

Pode ser este inaugurar de um tempo novo que o Congresso Sobre o Alentejo afirmou e foi traço comum de todas as comunicações ali presentes.

E terminamos este apontamento com um aviso, que mais se deve a Immanuel Wallerstein, que citamos do seu estudo "O Sistema Mundial Moderno": "Num conflito profundo, os olhos dos oprimidos são geralmente mais perspicazes acerca da realidade do presente, pois é do seu interesse percebê-la claramente para poderem tornar claras as hipocrisias dos dirigentes".

M.S.

IV Congresso Sobre o Alentejo apela à mobilização para recuperação do atraso económico



Págs. 10, 11, 12, 13 e 14

Em Vila Nova de Milfontes

De Centro de Férias para Reformados a Hotel Social para endinheirados

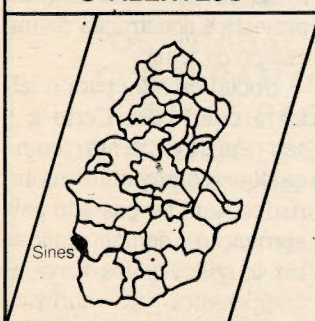


• Governo subsidia
com mais
de 300 mil contos

Pág. 9

IV Congresso Sobre o Alentejo

IV CONGRESSO SOBRE
O ALENTEJO



SEMEANDO NOVOS RUMOS
SINES. 30-31 de Maio e 1 de Junho 1991

IV Congresso Sobre o Alentejo apela à recuperação do atraso económico

Foi em Sines, nos últimos dias de Maio. Cerca de 400 congressistas ali estiveram reunidos, durante três dias, para discutirem os problemas que hoje se colocam ao Alentejo. Ali se falou de história, de cultura, de turismo, de ambiente, de agricultura, das ciências do mar, do desenvolvimento. O maior espaço dos trabalhos foi, contudo, dedicado à Regionalização, com Beja a liderar o processo e a exigir uma região para o Baixo-Alentejo. O debate sobre o desenvolvimento, que constituía a pedra de toque do Congresso — o Alentejo tem uma década de atraso em relação a outras regiões do País e é urgente recuperar esse atraso — quase que ficou submerso no dilúvio de in-



tervenções sobre a Regionalização. E, no entanto, foram apresentadas comunicações sobre aquele tema com muita qualidade e que traçaram as estratégias que se foram seguidas, levarão à re-

cuperação desse atraso. Na sessão de encerramento, foi bonita a homenagem prestada a Eunice, uma grande Senhora do nosso teatro, que Amareleja viu nascer. Foram três dias que agitaram

a bonita vila de Sines, com o mar ali logo a dois passos e com meio milhar de pessoas a invadir os restaurantes e a instalar-se nos hotéis e residências. Na tarde de sábado, dezenas de grupos co-

rais levaram às ruas da terra de Vasco da Gama os velhos cantares do Alentejo. Foi um bom espaço de trabalho e de convívio que se repetirá, daqui por dois anos, em Portalegre.

Homenagem a Eunice Muñoz

No último dia do Congresso a poesia e o teatro subiram ao palco na calorosa homenagem a Eunice Muñoz, atriz natural de Amareleja e que ali pisou o palco pela primeira vez: "estou certa que foi aos cinco anos que no Alentejo pisei pela primeira vez, na "troupe" do meu avô Carmo para oferecer o sonho e a fantasia de terra em terra".

Eunice comoveu-se e foi com uma lágrima a aflorar que "em nome dos meus pais, tios e avós, que lembro com muito carinho, e em meu nome que vos agradeço do fundo do meu coração este momento inesquecível da minha carreira e que este ano completa 50 anos".

O programa cultural do Congresso inclui ainda diversas exposições de pintura e bibliográficas sobre o Alentejo, visitas guiadas a Sines e Santiago do Cacém, espectáculos de teatro e música.

Um desfile de ranchos corais encheu sábado à tarde as ruas de cantares a enaltecer toda uma região.

"Alentejo Cantado" um filme realizado por Francisco Manso, com a colaboração do saudoso Michel Giacometti, retrata o trabalho dos campos, o regresso a casa, dois dedos de conversa entre um copo de vinho na taberna mais próxima, e o coral alentejano sempre presente entre cada passo.



Textos de: Luis Rocha, Joana Gomes e Carlos Dias (fotos)

Economista propõe plano de emergência para o Baixo-Alentejo

As intervenções que tinham o desenvolvimento do Alentejo por tema ficaram submersas no grande caudal da regionalização que, nestes últimos dias de Maio, desaguou em Sines. Contudo, foram apresentados trabalhos com interesse, que fizeram uma abordagem do problema e deixaram algumas pistas para os caminhos que é necessário seguir para que se possa recuperar o atraso durante a presente década.

Um desses trabalhos foi apresentado por Carlos Corvelo que falou dos desafios estratégicos com os quais o Alentejo se verá confrontado nos próximos 20 anos. Quais são esses desafios? Consistem na concretização de grandes eixos de atravessamento; na defesa do Litoral como espaço único no contexto europeu; na transformação da linha de fronteira num espaço de integração; na valorização da dimensão paisagística de um espaço vasto e liberto de grandes aglomerações, mas com referências patrimoniais únicas; na salvaguarda da qualidade ambiental.

Consistem, igualmente, na promoção de um melhor aproveitamento do potencial endógeno existente e que tem a ver com a agricultura, minérios, floresta e turismo; na promoção do crescimento industrial, concedendo à plataforma de Sines a sua significação regional e incrementando uma rede correctamente dimensionada; criando o aproveitamento local da riqueza gerada na região; na valorização dos mecanismos de atracção e fixação populacional; na criação de condições para melhorar os níveis de atracção de recursos financeiros exteriores à região, designadamente no que se refere aos fundos estruturais tradicionais, ou os que surgem como novas lógicas de utilização: ENVIREG, LEADER, INTERREG.

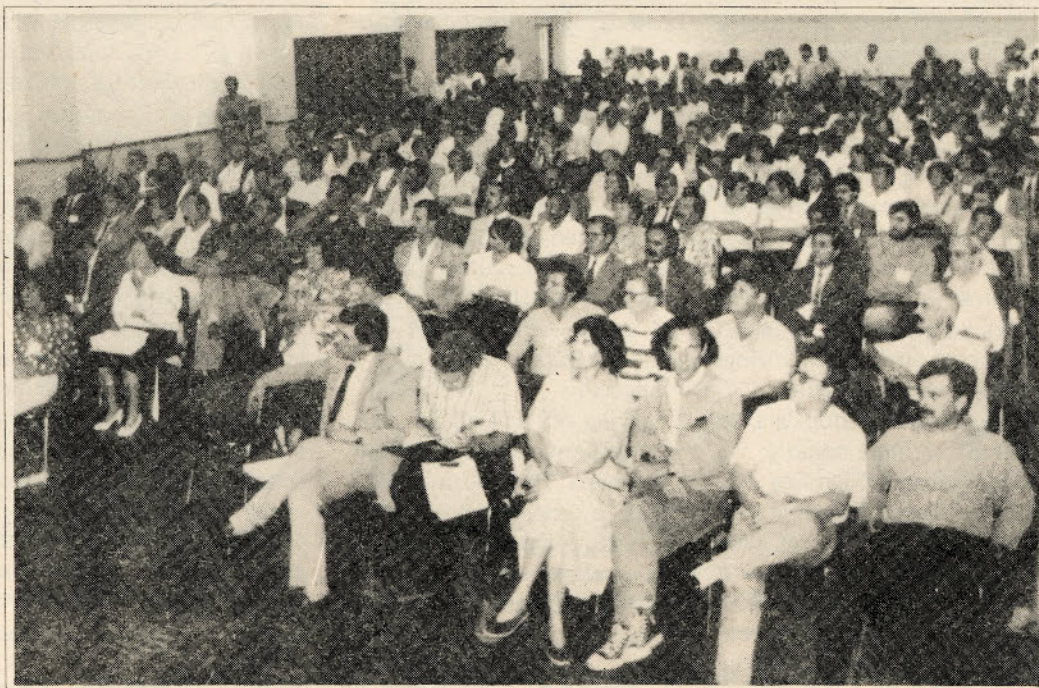
Carlos Corvelo defendeu a implementação do processo de regionalização que criasse

uma região forte, com capacidade mobilizadora e negocial, susceptível de inverter as tendências depressivas que se manifestam, por forma a poder concorrer, num horizonte razoável, com outras regiões europeias, melhor dimensionadas à partida.

No entender do orador, responder a tais desafios constitui uma forma de construir o futuro, o que, "no Alentejo, passa pela capacidade que exista de valorizar a sua unidade e potenciar a sua diversidade".

Outro trabalho apresentado no Congresso teve a assinatura de Carlos Figueiredo, subordinava-se ao título "O Baixo-Alentejo no Horizonte dos Anos 90", e partia da análise dos seguintes tópicos: o desemprego na região Alentejo — comportamentos especiais diferenciados e acentuada especialização no sector primário; estratégia de desenvolvimento regional do Alentejo — os vectores de enquadramento e alguns eixos orientadores; desenvolvimento regional e inovação tecnológica — o desafio dos anos 90.

Um dos capítulos mais significativos deste trabalho consistia num "Programa de Emergência para apoio ao desenvolvimento económico e social do Baixo-Alentejo". Este programa, no entender do autor, deveria estruturar-se em torno dos seguintes vectores estratégicos: apoio ao lançamento de empresas industriais e de serviços na base do aproveitamento dos recursos



regionais ou das oportunidades abertas por novos segmentos de mercado; fomento da reestruturação e modernização da agricultura regional na base da optimização das produções existentes e da produção de bens de maior valor acrescentado e orientado para a exportação; apoio ao desenvolvimento do sector turístico, nomeadamente as suas componentes de agro-turismo, turismo cultural e turismo cinegético; reforço das infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento económico, designadamente, nos domínios da educação e formação profissional e de apoio à criação de empresas.

A criação de um Observatório Económico e Social, que seja um verdadeiro fórum da região do Baixo-Alentejo para estudo e análise da informação relevante para a acção dos diversos intervenientes sociais e políticos, foi também defendida pelo autor que considerou que este suporte institucional seria um importante factor de estímulo à criação de uma autêntica rede de inovação regio-

nal pelo seu papel no intercâmbio de informação com os actores regionais e com outras regiões do País ou do estrangeiro.

António Murteira, que, não sendo economista, tem uma visão realista dos problemas do Alentejo, sugeriu para reflexão neste Quarto Congresso a possibilidade de uma larga convergência à volta de uma estratégia de desenvolvimento alternativo ao actual e que tivesse por base o que classificou de economia mista. "Tal estratégia, disse, permitiria a livre actividade de sectores económicos diversificados, complementares e competitivos: sector público, sector privado, sector associativo. Uma economia mista com esta base tornaria possível o racional aproveitamento dos recursos endógenos, a mobilização de recur-

sos exógenos (nacionais, comunitários e outros), e a concretização dos grandes projectos de carácter estrutural, tais como Alqueva, o Plano de Rega do Alentejo, uma reforma agrária democrática, uma base industrial diversificada, as metalurgias do cobre e do estanho. Tornaria possível pôr de pé, durante a década de 90, uma base económica moderna e competitiva".

"Resumindo, sublinhou ainda António Murteira, propomos ao IV Congresso Sobre o Alentejo um esforço de convergência de todos os interessados no desenvolvimento da nossa região, no sentido de encontrarmos as grandes vertentes para um Plano de Desenvolvimento Integrado para o Alentejo, assente numa nova base económica".

Luís Rocha Prémio Jornalismo com trabalhos publicados no "DA"

Luís Rocha correspondente do "Diário do Alentejo", em Évora, foi o vencedor do Prémio de Jornalismo atribuído no decorrer do IV Congresso Sobre o Alentejo, pelo seu trabalho publicado a 10 de Maio neste jornal em suplemento de oito páginas sobre o Litoral Alentejano.

O segundo prémio não foi atribuído, cabendo o terceiro a Carlos Neves, de Évora, com o trabalho "Sopram os ventos da mudança" publicado no "Diário do Sul".

"Um Alentejo para os Jovens" concurso aberto pela primeira vez aos mais novos teve a participação de 27 concorrentes entre os 15 e os 18 anos.

O primeiro prémio foi atribuído a Zulmira Rosa Veloso, residente em Almada, que concorreu na modalidade de poesia com o título: "Alentejo é do Povo".

Em segundo lugar, em fotografia e prosa poética, ficou Vera Mónica Conde, aluna da Escola Secundária de S. Lourenço, em Portalegre.

Uma monografia sobre Mértola elaborada e escrita por um grupo de alunos da Escola Secundária de Beja: (Ricardo Almodôvar, Isabel Cristina, Margarida Cavaco e Cláudia Espinho), classificou-se em terceiro lugar.

Foram ainda atribuídas duas menções honrosas. Para o conjunto de trabalhos de Zulmira dos Santos Veloso com o título "Voz do Povo" e para Pedro Nuno Martinho pelo seu trabalho "O Alentejo e a CEE".



Artur Pais (NERBE), Manuel Figueira (Associação Comercial) e Manuel Masseno (PS)

IV CONGRESSO SOBRE
O ALENTEJO



SEMEANDO NOVOS RUMOS
SINES, 30-31 de Maio e 1 de Junho 1991

IV Congresso Sobre o Alentejo

Viva o Alentejo

Na manhã de sábado, à medida que os trabalhos do Congresso se aproximavam do fim, o nervosismo aumentava no imenso pavilhão dos Bombeiros de Sines. O documento final do Congresso já estava elaborado e, no entender dos socialistas bejenses, a questão da regionalização não havia sido convenientemente tratada. O Congresso deveria reivindicar uma ou várias regiões para o Alentejo, não o fazia e os socialistas de Beja não estavam de acordo.

E dizia o dr. Artur Pais, do NERBE: Afinal, como é, vai haver debate? Significa que não vai haver debate e este Congresso tem de ser uma afirmação da verdade e a verdade só se faz com as pessoas esclarecidas. Ontem houve debate. O que aconteceu ontem talvez seja a verdade. O que aconteceu hoje talvez não seja a verdade do Congresso do Alentejo.

A Mesa tentava pôr alguma água na fervura, dizendo que este Congresso não acaba aqui. Aqui ninguém vai evocar uma representação de grupo. Oxalá se trabalhe para um Alentejo desenvolvido, sólido e onde dê gosto viver aos que cá estão e aos que vierem.

O dirigente do NERBE voltou à tribuna para dizer que o facto de haver uma ou várias regiões não divide ninguém. A questão é que todos os alentejanos estejam de acordo. Ora no distrito de Beja as estruturas representativas — Assembleias Municipais e de Freguesia — têm votado por unanimidade por uma região para o Baixo Alentejo. Se os do Alto Alentejo viessem a impor uma única região, isso significaria a anexação pura e simples do Baixo Alentejo ao Alto Alentejo.

E, contemporizador, o dr. Artur Pais prosseguia: Se Évora precisar de apoio, por exemplo, para que o TGV passe por lá ou para que se construa a via rápida que vai ligar Lisboa a Madrid, não haverá uma única pessoa do Baixo Alentejo que não dê uma ajuda. O que acontece é que na nossa terra quem manda somos nós. Se vocês querem impor uma só região ao Distrito de Beja, isso faz-me lembrar a afirmação de um general americano que disse que o Vietnam iria ser democratizado, quer quisesse quer não.

Vidigal Amaro, presidente da Câmara de Portel, foi à tribuna para dizer que se alguém estava a querer impor alguma coisa que esse alguém era a pessoa que tinha feito a intervenção anterior. E salientou que o representante do Partido Socialista de Évora, ainda no dia anterior, tinha vindo à tribuna reivindicar uma única região para o Alentejo e que is-

so significava desunião partidária. "Eu já ouvi falar aqui de uma, de duas, de três e de quatro regiões para o Alentejo. Bom, se é assim, Portel pode fazer uma perninha com Moura, juntamos-lhe Amareleja, temos carne, temos peixe, temos nudismo, e vamos dizer que também queremos uma região", rematou o autarca de Portel, acrescentando que as conclusões do Congresso eram correctas, que ninguém estava a impor nada a ninguém.

Foi a vez de Luís Ameixa, dirigente socialista de Beja, ir à tribuna. Para dizer o quê? Que "o debate de hoje foi reservado por artes e manhas para só algumas pessoas virem intervir. Queria dizer que o

Partido Socialista está aberto ao diálogo. O Partido Socialista vai propor aos outros distritos: vamos conversar sobre uma região para Beja. Somos um partido aberto, democrático, liberal e permitimos que outros defendam coisas diferentes da nossa".

Nesta altura, havia algumas pessoas de pé, a gesticular em direcção à tribuna e temeu-se mesmo que o pavilhão dos Bombeiros de Sines viesse a desaguar num imenso surru. E foi a voz tranquila do moderador — voz estranhamente tranquila no meio de tanta agitação — que veio apelar: "Em nome do povo alentejano, temos de privilegiar o que nos une e não o que nos separa".

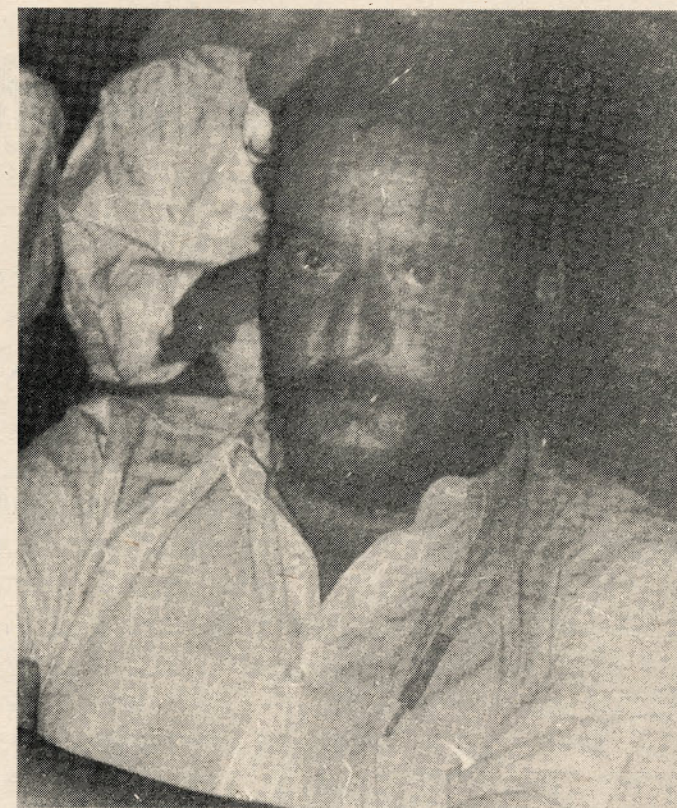
E foi, de novo, Vidigal Amaro que subiu à tribuna. Sendo médico e, como tal, sabendo como se dominam as emoções, o autarca de Portel quase que nem podia falar, de nervoso que estava. "O que nós dizemos é que vamos discurtir. Não vamos aqui fazer campanha eleitoral. A regionalização é com os partidos é com a Assembleia da República. Nós estamos aqui para ver quais são as linhas de desenvolvimento para o Alentejo".

De novo, a voz do moderador: "Dou por encerrados os trabalhos do IV Congresso com um Viva o Alentejo".

E, pela primeira vez, no imenso pavilhão dos Bombeiros de Sines, todos estiveram de acordo: Viva o Alentejo!



Carreira Marques, presidente da Câmara de Beja, presidiu à sessão de encerramento.



Vidigal Amaro, presidente da Câmara de Portel, um dos congressistas mais activos.



Fernando Cruz, presidente da Câmara de Montemor-o-Novo, um congressista com participação muito activa.

Criação de Regiões agita Congresso

Tendo o IV Congresso como tema "uma década para recuperar o atraso", esperava-se que os economistas da região e fora dela tivessem convergido para Sines, nestes últimos dias de Maio, para dizerem o que pensavam sobre esta questão. E foram alguns que disseram o que tinham para dizer. Mas foi a Regionalização que ocupou o grande espaço do Congresso e provocou os debates mais agitados.

Quem esteve no salão dos bombeiros apercebeu-se logo no início dos trabalhos que o ambiente ia aquecer, quando o representante do Nerbe se instalou na tribuna e começou a expor o que pensava do assunto.

Começando por afirmar que se recusava "a abordar o tema da limitação espacial da ou das regiões do Alentejo numa forma emocional e superficial que impeça a necessária discussão racional e de bom senso", o dr. Artur Pais acabou por cair imediatamente no erro que acabava de recusar, ao dizer que "o que não podemos aceitar é que se queira substituir a unidade pela unicidade impondo-se de cima para baixo uma divisão administrativa estranha às tradições e contrária aos interesses das populações".

Proseguindo no mesmo

tom, e numa altura em que os trabalhos se estavam a iniciar e, por esse motivo, ainda ninguém havia falado de regionalização, o representante do Nerbe afirma: "Este debate só tem sentido se contribuir para encontrar a divisão administrativa que mais eficazmente assegure uma gestão coordenada e equilibrada do desenvolvimento de todas as partes desta região, sendo de rejeitar linearmente quaisquer aproveitamentos estranhos àquele objectivo, venham eles de onde vierem".

Tomando, logo à partida, uma posição radical, o dr. Artur Pais afirmava no entanto que "tudo o que se afaste de uma discussão racional deste tema apenas contribui para radicalizar posições, criar desconfianças entre vizinhos e amigos de longa data e originar lamentáveis perdas de tempo e de energia. A verdadeira força do Alentejo — disse — resultará não de uma unidade imposta a todo o território alentejano mas sim do respeito pela diversidade e pelos interesses próprios de cada região. A subordinação dos interesses de todo o Alentejo a uma só região é a forma mais rápida e mais eficaz de criar problemas entre os alentejanos".

E o representante do Nerbe

prosseguia: "Para justificar a formação de uma só região — e a nível do Congresso ainda ninguém havia justificado fosse o que fosse — alguns dão como pretexto o facto de ser necessário a existência de uma capital regional muito importante, com uma população superior a 50 000 pessoas. Segundo essa teoria, o desenvolvimento dessa urbe promoveria por arrasto o desenvolvimento de toda a região. (...) Em nome dessa estratégia, tem-se procurado empolar a importância de Évora em detrimento de outras capitais de distrito".

Depois de dar alguns exemplos da instalação em Évora de importantes estruturas do Poder Central que culminou na criação recente de uma delegação da Secretaria de Estado da Cultura, o orador sublinhou que "deste modo a regionalização consistiria não na descentralização e desburocratização há tanto esperadas mas na instalação de um pequeno 'Terreiro do Paço' na Praça do Giraldo".

Por fim, o representante do Nerbe acabou por expor a sua própria opção sobre este problema. "Entre a hipótese da criação de uma única Região Alentejo e a hipótese da existência nesse espaço de 4 regiões correspondentes aos distritos de Portalegre, Évora, parte de Setúbal e Beja, nós optamos pela institucionalização de uma região Baixo-Alentejo com os limites da antiga Província e em que os concelhos da Península de Setúbal fiquem integrados na Área Metropolitana de Setúbal. (...) Esta sugestão tem, por um lado, o cuidado de não ir contra a vontade, mais ou menos expressa, das populações e, por outro lado, procurar a solução mais eficaz para implementar um poder verdadeiramente actuante".



Aspecto da assistência.

Ainda os congressistas não tinham digerido a intervenção do representante do Nerbe, já o secretário-coordenador do Baixo-Alentejo do Partido Socialista estava de posse do microfone para bater na mesma tecla, a da Regionalização. Depois de uma longa dissertação sobre o tema, Luís Ameixa veio desembocar num projecto de Lei apresentado pelo Partido Socialista na Assembleia da República, no início da presente legislatura, e que tem por título a "Criação das Regiões Administrativas no Continente".

Esse projecto de Lei cria a região administrativa do Alto Alentejo, que abrange a área dos municípios incluídos nos Distritos de Portalegre e Évora, e cria, igualmente, a região administrativa do Baixo-Alentejo abrangendo os municípios incluídos no Distrito de Beja.

Os municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines o projecto de Lei considera-os como municípios de fronteira com a região do Baixo-Alentejo, pelo que a sua integração nesta região ficará dependente de consulta a organizar pela Assembleia da República, independentemente da criação da região administrativa metropolitana de Lisboa, a qual previsivelmente integrará os restan-

tes municípios dos Distritos de Setúbal.

No entender do dirigente do Partido Socialista de Beja, "A criação da região administrativa do Baixo-Alentejo mostra-se adequada aos interesses nacionais e à vontade regional", pois, disse mais adiante, "uma única região Alentejo, representando cerca de 1/3 da área do País, seria manifestamente desproporcionada relativa do território alentejano, e propõe que se intensifique em todo o Alentejo um amplo debate sobre as suas diferentes vertentes: competências respectivas dos Poderes Central, Regional e Local; financiamentos do novo Poder Regional; organização das suas estruturas e serviços. O IV Congresso declara que a delimitação do território da futura ou futuras autarquias regionais a criar no Alentejo, não deverá entrarav o processo da sua criação, e que 1992 deverá ser o ano da concretização do processo da Regionalização no nosso País".

Depois de os socialistas de Beja terem utilizado tanta argumentação em defesa de uma região do Baixo-Alentejo, o Congresso passava por sobre o assunto como gato por sobre brasas. Daí toda aquela agitação verificada na manhã de sábado e de que se dá conta noutra página deste jornal.

Plano para o desenvolvimento integrado do Alentejo sugerido no IV Congresso

O Alentejo tem potencialidades que tornam possível o arranque para o desenvolvimento. Dispõe de importantes recursos no solo e sub-solo, tem condições climáticas e um ambiente ainda preservado, as potencialidades agrícolas são evidentes, existe aptidão para o turismo e, em fase avançada de preparação ou de execução, aqui se situam alguns dos maiores projectos de desenvolvimento a nível nacional: Alqueva, Sines, aproveitamento de Pirites.

Esta a primeira conclusão a que chegaram os cerca de 400 congressistas que estiveram reunidos em Sines. Na declaração que produziram, no final dos trabalhos, dizem que, nos últimos anos, "o Alentejo tem evoluído, sobretudo pela acção do Poder Local e das organizações representativas das suas populações e grupos profissionais". A nível do Poder Central, as coisas não têm funcionado da mesma maneira, pois, dizem, tem faltado "uma política de desenvolvimento regional aceite e assumida pelos alentejanos. Além disso, a travagem dos grandes projectos — tem impedido a realização de importantes efeitos multiplicadores", pelo que a economia alentejana "continua a evidenciar fracos níveis de desenvolvimento, que se traduzem em desemprego, emigração, envelhecimento da população e, consequentemente, na diminuição dos seus rendimentos, relativamente ao nível médio nacional".

É óbvio que se pode inverter esta situação e o IV Congresso declarou isso mesmo, e apelou "à mobilização para a recuperação do atraso económico e social, no decurso

da próxima década". Como é que recupera esse atraso? "Com base num planeamento integrado, democrático e participado pelas populações através das suas organizações representativas", o que será possível "mediante a concretização da Regionalização, e da assumpção das responsabilidades do Poder Central em matéria de investimento de âmbito nacional a concretizar nas Regiões (Alqueva, eixos viários e estruturantes).

A recuperação desse atraso passará também pela concretização de um Plano para o Desenvolvimento Integrado do Alentejo, que o IV Congresso sugeriu, devendo esse Plano — no entender dos congressistas — "basear-se no aproveitamento dos seus recursos em condições conciliáveis com o equilíbrio biofísico e a preservação do ambiente, e ter por objectivo a correcção das assimetrias, a partir dos recursos endógenos, e da adequada captação de recursos exógenos, sem esquecer os apoios que o Poder Central tem o dever moral e a obrigação política de conceder às zonas mais atrasadas deste País".

Passa pelo desenvolvimento da agricultura e, nesse sentido, "há que promover a melhoria da produtividade da terra e do trabalho nos campos através do aproveitamento racional dos recursos naturais", aproveitamento esse que deve assentar num ordenamento cultural adequado, na introdução de novos sistemas agrícolas e na correcção da estrutura fundiária.

No entender dos congressistas, há que concretizar o empreendimento de Alqueva, implementando as diferentes valias que lhe estão associadas; há que desenvolver o sector das pescas, através de uma

exploração sustentada dos recursos marinhos da costa alentejana, o que envolve a formação profissional dos trabalhadores do mar, e a incrementação das aquaculturas, como via complementar de aproveitamento das águas interiores e estuárias.

Há que promover o desenvolvimento industrial, através da reabilitação do Complexo de Sines, devendo isto ser feito no quadro da sua articulação regional, nacional e internacional; há que proceder à transformação dos produtos alentejanos em território do Alentejo: as pirites, as rochas ornamentais, os produtos agro-alimentares e da floresta; há que incentivar a valorização do montado de sobre e azinho, bem como dos pinhais existentes.

Criar ou melhorar as redes de infra-estruturas de base económica, eis outra questão sublinhada pelo IV Congresso. E foram designadas concretamente as redes hidráulicas que se prendem com o plano de rega do Alentejo; as de energia eléctrica e que têm sobretudo a ver com a electrificação rural; as telecomunicações e as vias rodoviárias. "Neste quadro, frisaram os congressistas, há ainda que promover o desenvolvimento do porto de Sines, como porto comercial nas suas dimensões regional, nacional e internacional, e melhorar as acessibilidades intra-regionais e internacionais, através do desenvolvimento das infra-estruturas viárias mais adequadas à complementaridade com as regiões espanholas vizinhas.

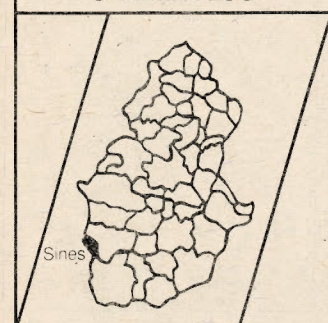
Há, finalmente, que dinamizar a actividade turística, orientando o apoio à implementação de infra-estruturas hoteleiras e de equipamentos, promovendo a diversificação

dos produtos, do turismo cinegético e de ambiente, do turismo cultural, fomentando a valorização do património, enquanto suporte da actividade turística.

Eleger os homens e as mulheres do Alentejo como destinatários últimos do desenvolvimento e do progresso, numa perspectiva de solidariedade e de justiça social, eis outra das recomendações dos congressistas, o que, no seu entender, se conseguirá "através dos investimentos na educação, na qualificação profissional, no desporto, na segurança social e na cultura", e isto "por forma a contrapor à emigração e desertificação do Alentejo as condições de fixação para as suas gentes e, particularmente, para a sua juventude".

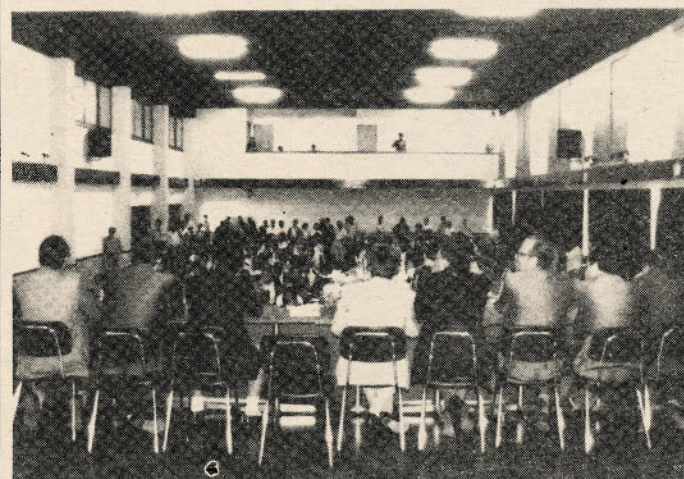
O Congresso de Elvas, avançou, na altura, com uma proposta para a criação de um Movimento de Opinião, para o desenvolvimento do Alentejo. Essa proposta foi agora concretizada, no Congresso de Sines, com o lançamento de uma ficha de inscrição para ser preenchida pelas pessoas ou entidades que quisessem aderir a esse Movimento. Próximo do fim dos trabalhos do Congresso já havia 97 fichas de adesão preenchidas. O Congresso apelou a todos os congressistas e a todos os alentejanos no sentido de darem força a esse movimento através da sua adesão. Para quê? Para que esse Movimento "dê continuidade, no dia-a-dia, aos debates e às decisões dos Congressos, para que dê força à consciência regional que (nesses Congressos) se tem vindo a afirmar, para que exprima a força, a densidade e a unidade de um Alentejo multipolar que constrói hoje o seu futuro".

IV CONGRESSO SOBRE O ALENTEJO



SEMEANDO NOVOS RUMOS
SINES, 30-31 de Maio e 1 de Junho 1991

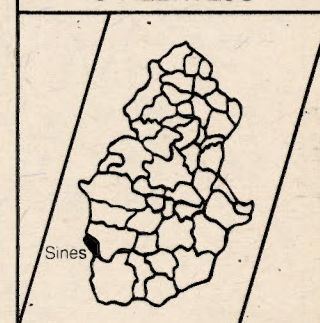
IV Congresso Sobre o Alentejo



Sessão de abertura do IV Congresso Sobre o Alentejo

IV Congresso Sobre o Alentejo

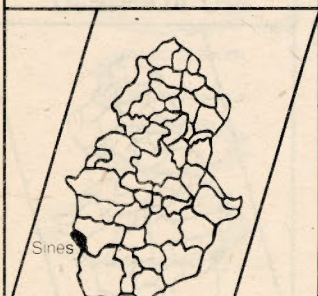
IV CONGRESSO SOBRE O ALENTEJO



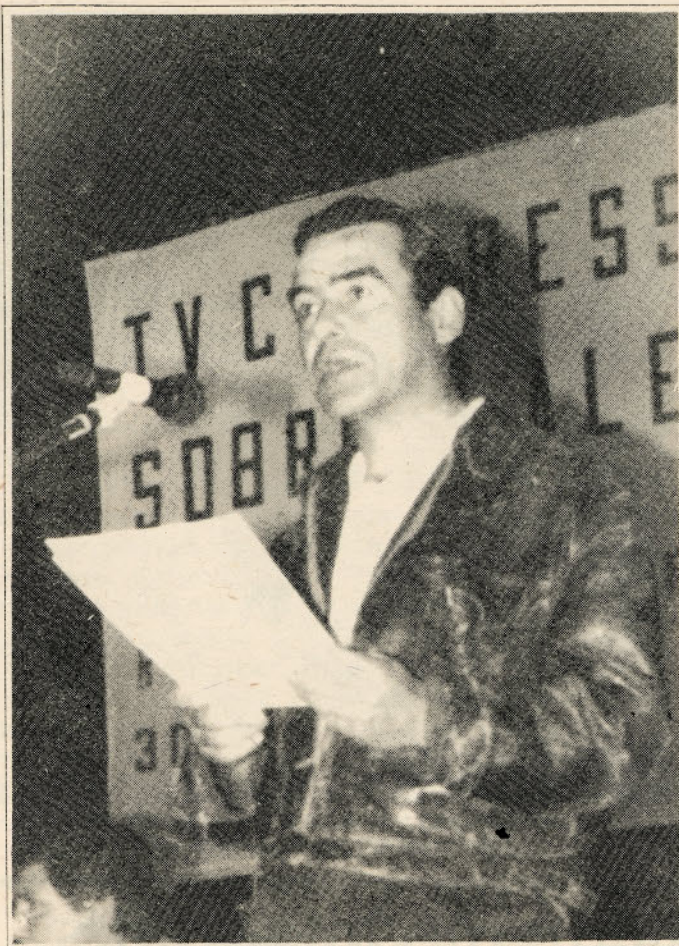
SEMEANDO NOVOS RUMOS
SINES, 30-31 de Maio e 1 de Junho 1991

IV Congresso Sobre o Alentejo

IV CONGRESSO SOBRE O ALENTEJO



SEMEANDO NOVOS RUMOS
SINES, 30-31 de Maio e 1 de Junho 1991



Vladimiro Franklin na homenagem a Eunice

O Turismo e o Alentejo

"É correcto que as Comissões Municipais de Turismo divulguem as potencialidades de cada concelho, mas devem fazê-lo integradas numa estrutura regional que, como se viu no Congresso deverá ser o Alentejo", diz Margarida Cancela de Abreu, da Comissão de Coordenação da Região Alentejo.

"O turismo desde que seja devidamente estruturado e bem planeado não cria conflitos nem agride a paisagem tanto natural como edificada", continua. "Évora recebeu nos últimos anos um número imprevisível de turistas, no entanto não houve rupturas. Isto significa que há planeamento".

Margarida de Abreu considera que o turismo deve ser analisado e divulgado na maior diversidade possível: património cultural, gastronómico, arqueológico, arquitectónico, artesanato, considerando o Litoral e o Interior em conjunto".

"Tudo isto são factores que contribuem para o desenvolvimento regional e atractivos para fixação de indústrias. Quanto ao Porto de Sines não há problemas se se cumprir a legislação do impacto ambiental", conclui Margarida Abreu.

Reconversão do sector agrícola

"Uma reconversão do sector agrícola, maior exploração pecuária e uma primeira transformação dos nossos produtos" são alguns dos passos para o desenvolvimento económico da região, segundo Artur Pais, presidente do Núcleo Empresarial de Beja (NERBE).

"No sector agrícola teremos que reduzir os cereais. Recorrer às agro-alimentares com indústrias transformadoras e à pecuária com pequenos ou grandes ruminantes", são algumas das alternativas apontadas.

Na área dos serviços deverão ser aproveitadas as infra-estruturas rodoviárias, os Itinerários Principais 1, 2 e 8.

A construção do Porto Comercial de Sines e a utilização da Base Aérea 11, de Beja constituem uma placa giratória promotoras de desenvolvimento. Na área do comércio, Artur Pais considera que assiste-se hoje à criação de grandes espaços, redução do número de unidades, com melhores custos e melhores preços. As pequenas unidades ou são remodeladas ou perdem o comboio. Não podemos é travar o desenvolvimento do Alentejo.

Reconhecida a preponderância do Poder Local

Carlos Dias

Na declaração final do 4º Congresso sobre o Alentejo, é reconhecida a preponderância da acção do Poder Local e das organizações representativas das populações e grupos profissionais na evolução verificada no Alto e Baixo Alentejo. Outro tanto não se constata na política seguida pelo Poder Central. A ausência de um projecto "aceite e assumido pelos alentejanos" tem-se traduzido nos fracos níveis de desenvolvimento da região.

O documento adianta contudo "que é possível inverter esta situação" e faz um apelo "à mobilização para a recuperação do atraso económico e social" no decurso da próxima década.

Nas suas linhas gerais a declaração final repete as conclusões de anteriores congressos, o que levou muitos dos participantes a ajuizar um futuro pouco promissor para a região alentejana dados os condicionamentos gerados por uma discussão que pecou por falta de profundidade e do necessário consenso nos pontos chave relativos à regionalização. Faz-se a discussão dos mesmos problemas, da mesma forma e com os mesmos resultados, o que vale dizer, que o impasse marcou o ritmo da discussão.

O número e os limites das regiões polemizou incisivamente os trabalhos deste 4º Congresso. "A continuar assim — disse no decorrer dos trabalhos um congressista — vamos ver acentuado na próxima década o atraso no nosso desenvolvimento". Os sucessivos impasses criados nos principais vectores do desenvolvimento propostos para a região foi a razão avançada por alguns oradores para o actual estado de coisas. Não deixa de ser necessário apontar aqui a "desonestidade intelectual dos mentores da actual política que, sob os mais diversos pretextos, mais não pretendem que punir os alentejanos pelas opções político-partidárias assumidas maioritariamente e frequentemente, após o surgimento da democracia em Portugal". Fragmento da comunicação do Prof. Rui Rosado Vieira ao Congresso.

Acresce ainda a imagem criada à volta da caracterização desta vasta região e do seu povo. A propalada indolência dos seus naturais indicia que todos os esforços feitos no sentido do desenvolvimento estariam destinados ao fracasso, uma vez que a natureza nos seus desígnios insónaveis ao estigmatizar, na sua

origem esta província com uma espécie de doença congénita, lhe havia marcado o seu destino para sempre.

Deste modo, os poderes públicos encontrar-se-iam não só deobrigados de intervir, como ficariam isentos de qualquer suspeita. Poderá parecer estranho este tipo de conjectura, mas nada custa admiti-la se pensarmos nos imensos processos kálfianos que vêm enformando ao longo dos últimos anos o ambiente social, político e económico do Alentejo.

A situação de impasse criada no último congresso ajuda em certa medida a favorecer os desígnios dos detractores da sociedade alentejana. A falta de capacidade para responder aos desafios da regionalização traz perigos acrescidos num período de grandes decisões políticas. Foi patente no conteúdo de muitas das intervenções do 4º Congresso uma velada intenção de hegemonizar os poderes. A ideia expres-

sa no modelo de um só Alentejo arrasta consigo o fantasma da polarização de poderes. O Dr. Fernando Cruz Presidente da Câmara Municipal de Montemor chamou a atenção para isso mesmo. Quando uma dada conceptualização pugna por uma mera substituição do pólo administrativo, não é entendível nem fiável encaminhar a centralização administrativa para um qualquer Terreiro do Paço no Alentejo.

"O chauvinismo ou o bairrismo" não podem ser os alicerces do edifício da regionalização. Esta deve ser multipolar e a resposta mais válida e passível de gerar consensos, a unidade na diversidade e ao mesmo tempo que salvaguarda as características regionais. Assim se expressaram numerosos oradores no sentido de constar na conclusão final do Congresso. Contudo no cómputo dos debates não ficou claro para os participantes qual o modelo e espaço territorial abrangido pela regionalização, razão da sua não inserção na declaração final.

Entre propostas de unificação ou divisão da província de notou-se a ausência da sintonia que se procura desde o 1º Congresso, não augurando a urgente e necessária coesão entre os diversos intervenientes no processo da regionalização. Foi a oportunidade perdida que aguarda pelo 5º Congresso — desta vez em Portalegre — para uma nova formulação da discussão do Alentejo e das suas gentes. Até lá que se encetem os contactos e as cedências inevitáveis num processo da envergadura de uma real e autêntica regionalização.



Eunice Muñoz ladeada por Lagoa Henriques e Nunes dos Santos, que representava o Presidente da República